

**Ata Nº 574** – Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às nove horas, via Skype, iniciou-se a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú–SC**. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Luciano Pedro Estevão, Ellacyane Cardoso Soares Rocha, Patricia da Costa Oliveira, Wilson Reginatto Júnior, Sandra Mara Luchtenberg, Leandro Teixeira Ghilardi, Attela Provesi, Bruno Figueredo Arceno, Mario Tetto Pereira Neto, Manuela Pessoa Duarte, Valdeci Matias, João Carlos Alves dos Passos, Josiane Hoepers, Regina Dal Bem, Cátia Franzoi, Grasiela Aparecida Teixeira. O conselheiro Douglas Schwolk Fontan Aguirre justificou a ausência. Estiveram presentes: Maurício Rafael Coelho, presidente do Conselho Tutelar e Paulo Edson Cavalcante de Oliveira, conselheiro tutelar; Cinthya Lorga, assessora do Gabinete do Vereador André Meirinho; Mirella Padilha, representante da Secretaria de Educação; Aline Rocha, representante da Associação Beneficente Cristã Real Esperança; Jacheline Fabiani e Jéssica Carvalho, representante da Geração de Emprego e Renda – GERAR; Maria Ferracini Piconi, representante da Biblioteca Comunitária Bem Viver; Maria Helena Bittencourt, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC, Áurea Tamura, acadêmica da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC; Cristiano Paulino, representante do Instituto A Cabana; Patricia Nicodemus Valenzuela, coordenadora do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência; Indira Radke, advogada da Associação de Apoio às Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI; Rodrigo Bohr e Márcia Aparecida Coelho.

Pauta 01: Aprovação da Ata nº573. Foi aprovada por unanimidade a Ata da Reunião Ordinária nº573, de quinze de junho de dois mil e vinte e um. Pauta 02: Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Documentos Expedidos: E-mail de quatorze de junho, encaminhado a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, respondendo ao Ofício nº0360/2021/04PJ/BCA, referente a Notícia de Fato nº01.2021.00013879-4, encaminhado em trinta e um de maio; Memorando nº24.714, de dezesseis de junho, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, solicitando encaminhamento de Termo de Parceria e enviando o Plano de Trabalho relativo ao Projeto Jiu Jitsu Inclusivo da Associação Amor pra Down, que foi aprovado por unanimidade por este conselho na Reunião de seis de Abril de Dois Mil e Vinte e Um, no valor para execução de Cento e Três Mil, Trezentos e Noventa e Cinco Reais e Noventa e Cinco Centavos que devem custeados com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, oriundos das doações do Imposto de Renda, de acordo com o Edital nº003/2019; Memorando nº24.776, de dezesseis de junho, encaminhado a Secretaria de Controle Governamental, solicitando informações acerca da necessidade legal de enviar parecer do Conselho Fiscal a cada mês, na Prestação de Contas dos Termos de Colaboração e Fomento, visto a própria legislação do Marco Regulatório (Lei nº13.019/2014), que em sua atualização, extinguiu a necessidade das Organizações da Sociedade Civil – OSC's terem Conselho Fiscal; E-mail de vinte e um de junho, encaminhado a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, informando que este CMDCA em Reunião Ordinária de quinze de Junho de Dois Mil e Vinte e Um, deliberou-se instaurar processo administrativo, a fim de apurar suposto uso indevido de veículo de uso exclusivo do Conselho Tutelar, por parte do Conselheiro Tutelar Paulo Edson Cavalcante, em virtude da denúncia realizada pelo próprio Conselho Tutelar; Memorando nº24.714, de vinte e um de junho, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, enviando mais documentos referentes ao Termo de Parceria do Projeto Jiu Jitsu Inclusivo da Associação Amor pra Down, que foi aprovado por unanimidade por este conselho na Reunião de seis de Abril de Dois Mil e Vinte e Um; Memorando nº25.347, de vinte e um

de junho, enviado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, encaminhado os documentos e o Plano de Trabalho do Projeto Box para Todos do Instituto Anjos Sem Asas, inscrito no Edital nº001/2021 – Edital de Chamamento Público e aprovado para a execução na Reunião de quinze de Junho, no valor para execução de Noventa e Nove Mil, Novecentos e Cinquenta Reais que devem ser custeados com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA; E-mail do dia vinte e um de junho, enviando para a Rede de Proteção cadastrada neste conselho, a pedido do Comitê de Escuta Especializada, o Formulário sobre o Mapeamento da Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, solicitando o preenchimento do mesmo através do link: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScMrUcfhbPrOWxA\\_gUXXe97P7m895VTpNpCDWHX66QFiP-Vsg/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScMrUcfhbPrOWxA_gUXXe97P7m895VTpNpCDWHX66QFiP-Vsg/viewform); E-mail do dia vinte e dois de junho, encaminhado a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – RENAPSI, informando que para efetivar o registro neste conselho, ainda faltam os seguintes documentos: Alvará Sanitário atualizado, Ata da Eleição da Diretoria e Declaração explicativa dos nomes e funções da diretoria; Memorando nº25.578, de vinte e dois de junho, encaminhado a Secretaria de Gestão Administrativa, solicitando informações sobre abertura de um Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar Paulo Edson Cavalcante de Oliveira em virtude da notícia de fato recebida por este conselho, em 05 de Maio de 2021, conforme Ofício nº283/CTBC/CSF; Memorando nº25.580, de vinte e dois de junho, encaminhado ao Conselho Tutelar, solicitando informações sobre abertura de um Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar Paulo Edson Cavalcante de Oliveira em virtude da notícia de fato recebida por este conselho, em 05 de Maio de 2021, conforme Ofício nº283/CTBC/CSF; E-mail do dia vinte e três de junho, encaminhado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, enviando o Ofício nº0388/2021/04PJ/BCA, Referência nº09.2021.00001978-9 do Ministério Público, dando ciência da instauração do Procedimento Administrativo cujo objetivo é a criação do Projeto Trabalhando Juntos – Programa de Iniciação Profissional e solicitando com o máximo de urgência, informações de como o tema já foi ou está sendo tratado, bem como informações ou sugestões sobre como este projeto atuará de modo qualitativo ao problema apresentado, além disso este conselho também solicitou o encaminhamento do número de adolescentes atendidos pelo programa; Com o mesmo teor foram enviados e-mails para o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, para a Geração de Emprego e Renda – GERAR e para a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Memorando nº25.817, de vinte e três de junho, enviado a Procuradoria Jurídica do município, solicitando que se avalie a possibilidade das orientações jurídicas formuladas pela Procuradoria do Município, ter como fonte primária de consulta a Legislação Municipal e as Resoluções deste CMDCA; Memorando nº18.676, Despacho nº04, de trinta de junho, encaminhado ao Departamento de Promoção Social da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, referente a solicitação de pagamento do site do CMDCA, enviando os documentos e informações disponíveis para encaminhamento do processo; Memorando nº25.347, Despacho 05, de primeiro de julho, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, enviando o Edital nº001/2021 – Edital de Chamamento Público, solicitado pela gestora da parceria e ressaltando a necessidade de verificação do trâmite legal de acordo com a Lei nº13.019/2014 para o encaminhamento da execução do projeto do Instituto Anjos sem Asas; Memorando nº 24.714, de cinco de julho, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, enviando em um único arquivo, os documentos relativos ao Projeto Jiu Jitsu Inclusivo da Associação Amor pra Down, conforme solicitação do gestor da parceria e solicitando urgência do gestor da parceria neste processo, pois o projeto deverá iniciar no mês de agosto. Documentos

Recebidos: E-mail do dia quinze de junho, encaminhado pela Geração de Emprego e Renda – GERAR, esclarecendo a adequação da solicitação de inscrição dos cursos cadastrados pela GERAR neste conselho, e que ainda conforme as exigências da Superintendência Regional do Trabalho são necessárias às adequações na nomenclatura utilizada em nossos cursos e enviando o Ofício 101.2021, solicitando retorno da declaração escaneada com os dados e visto do receptor; E-mail do dia quinze de junho, enviando pela Fundação Itaú Social, informando que nos meses de junho e julho, o Edital FIA promove uma série de encontros para solucionar dúvidas e promover reflexões sobre os direitos de crianças e adolescentes no contexto atual e informando que o próximo encontro acontecerá dia vinte e dois de junho, às quinze horas e terá como tema o impacto da pandemia na evasão e no abandono escolar; E-mail do dia dezesseis de junho, encaminhado pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, enviando Ofício 388/2021/4ª PJBC, dando ciência acerca da instauração do procedimento administrativo nº09.2021.0001978-9, cujo objetivo é a criação do projeto Trabalhando Juntos – Programa de Iniciação Profissional e solicitando informações num prazo de trinta dias de como o tema está sendo tratado na Rede Municipal de Proteção; Memorando nº24.776, Despacho 01, de dezesseis de junho, encaminhado pela Secretaria de Controle Governamental, referente a solicitação de informações acerca da necessidade legal de enviar parecer do Conselho Fiscal a cada mês, na Prestação de Contas dos Termos de Colaboração e Fomento, informando que foi encaminhado para providências; E-mail do dia dezesseis de junho, encaminhado pelo 12º Batalhão da Polícia Militar, enviando ofício informando que foram retomadas as aulas do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD na rede pública de forma presencial, e como nos anos anteriores, ao final do módulo haverá uma formatura com a entrega do certificado de conclusão, além do sorteio de brindes para os alunos que fizeram a redação do PROERD e informando ainda que em virtude da pandemia do COVID-19, a formatura deste ano terá que ser realizada em um formato diferente, cumprindo todas as normas sanitárias, porém com a continuação com os sorteios de brindes, pois é um momento muito esperado pelas crianças e desta forma, gostariam de verificar a possibilidade de destinação de recursos do CMDCA para a formatura do ano de 2021; E-mail do dia dezessete de junho, encaminhado pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, enviando Ofício 384/2021/4ª PJBC, questionando se este CMDCA tem conhecimento do problema da insuficiência ou do atraso dos atendimentos psicológicos oferecidos pela Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS; Memorando nº24.714, Despacho 01, de dezoito de junho, encaminhado pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, informando do encaminhamento dos documentos do Projeto Jiu Jitsu Inclusivo da Associação Amor pra Down, referentes ao Edital de Chancela, ao gestor da parceria; E-mail do dia vinte e um de junho, encaminhado pelo Sr. Guilherme Cechelero, anunciando live acerca da Reflexão sobre o Artigo 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº8069/90), dia vinte e quatro de junho, às quinze horas no instagram: @guilhermecechelero; Memorando nº14.879, Despacho nº05, de vinte e um de junho, encaminhado pela Contabilidade, informando que o projeto de lei referente as solicitações de transferência do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, foi encaminhado a Câmara de Vereadores e enviando o link para acompanhamento: PL 090/202; E-mail do dia vinte e um de junho, encaminhado pela conselheira Sandra, informando da análise da documentação do Instituto A Cabana, inscrita no Edital nº001/2021 – Edital de Chamamento Público e informando que seu parecer é desfavorável, visto que as atas não estavam registradas; E-mail do dia vinte e dois de junho, encaminhado pela 4ª Promotoria de Justiça, em resposta a informação de abertura

de processo administrativo do conselheiro tutelar Paulo Edson Cavalcante, solicitando que, tão logo encerrada a instrução do referido procedimento administrativo, seja enviada cópia a ao Ministério Público; E-mail de vinte e dois de julho, encaminhado pelo Conselho Tutelar, solicitando o compartilhamento do blog, para que as postagens do blog alcancem o maior número de pessoas, principalmente aquelas que integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; Memorando nº18.676, Despacho nº02, do dia vinte e três de junho encaminhado pela Gestão de Compras da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, referente a solicitação de pagamento do site do CMDCA, informando a necessidade de realização de no mínimo três orçamentos contendo as características do site com as propostas das empresas; E-mail do dia vinte e três de junho, enviado pela Fundação Itaú Social, informando que no dia vinte e nove de junho, às quinze horas, acontecerá o segundo encontro tira dúvidas do Edital Fundos da Infância e Adolescência Dois Mil e Vinte e Um; Memorando nº18.676, Despacho nº03, de vinte e quatro de junho encaminhado pelo Departamento de Promoção Social da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, referente a solicitação de pagamento do site do CMDCA, solicitando os orçamentos contendo as características do site e solicitando a verificação junto ao Departamento de Tecnologia da Informação sobre o site estar disponível na página da Prefeitura Municipal; E-mail do dia vinte e quatro de junho, encaminhado pela GERAR, informando do recebimento da solicitação de posicionamento sobre o Projeto Trabalhando Juntos, sugerido pelo Ministério Público e solicitando a disponibilidade para uma reunião por meio de videoconferência, a fim de apresentar o projeto de pré qualificação profissional – GERAR Esquenta; Memorando nº25.347, Despacho 01, de vinte e cinco de junho, encaminhado pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, dando encaminhamento dos documentos de aprovação do CMDCA para andamento dos trâmites para formalização de parceria com a entidade Instituto anjos sem Asas; E-mail do dia vinte e cinco de junho, encaminhado pela empresa AGGIORNARE, uma empresa de assessoria e capacitação focada em atender Conselhos Tutelares e Rede de Proteção Municipal, apresentando o trabalho e convidando para fazer uma visita ao Site para conhecer os temas trabalhados nas capacitações e assessoramentos da Rede de Proteção, CMDCA e Conselho Tutelar; Memorando nº24.714, Despacho 06, de vinte e oito de junho, encaminhado pelo gestor da parceria da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, solicitando o encaminhamento dos documentos do Projeto Jiu Jitsu Inclusivo da Associação Amor pra Down, referentes ao Edital de Chancela, em um único arquivo; E-mail do dia vinte e oito de junho, enviado pela 4ª Promotoria de Justiça, informando da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil nº06.2020.00004531-7, que tratava da transferência de fundos, para conhecimento, nos termos do artigo 49º, § 3º, do Ato n. 395/2018/PGJ; E-mail do dia vinte e oito de junho, encaminhado pelo Instituto A Cabana, enviando estatuto e ata registradas no cartório de Balneário Camboriú; Memorando nº25.347, Despacho 04, de trinta de junho, encaminhado pela gestora de parceria da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, informando que para dar prosseguimento ao processo do Instituto Anjos sem Asas, é necessário encaminhamento de cópia do edital de chamamento público, o qual passará por análise da Gestora do FMDCA e posteriormente análise da Comissão de Seleção, Secretaria de Controle Interno e Procuradoria Jurídica, e salientando que a parceria só será efetivada após o trâmite legal e devidas análises propostas na Lei nº13.019/2014, bem como empenhamento orçamentário; E-mail de dois de julho, encaminhado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, convidando para o evento online gratuito de Formação Continuada “Uma atuação para o fortalecimento das políticas públicas”, a ser realizado a partir do dia treze

de julho, com o objetivo de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos – SGD da Infância e Juventude, a partir da compreensão do efetivo papel dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; E-mail de quatro de julho, enviado pelo Sr. Guilherme Cechelero, informando que no mês de Julho iniciará formação com sessenta Educadores Sociais da Rede Salesiana Brasil e encaminhando proposta da Formação para Educador Social, voltada para Educador Social e Equipe Técnica de CRAS, CREAS, Acolhimento Institucional, Organização da Sociedade Civil e Professores e Equipe Técnica da Rede municipal e estadual; Memorando nº 25.580, Despacho 01, de cinco de julho, encaminhado pelo Conselho Tutelar, informando que a ação do Conselho Tutelar diante dos fatos ocorridos com o conselheiro Paulo Edson Cavalcante, foi comunicar aos órgãos competentes, CMDCA, Ministério Público e Secretaria Municipal de Administração para que pudessem tomar as devidas providências e Formulário da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC entregue pela conselheira Sandra. Foram entregues os Relatórios de Atividades das seguintes entidades: Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral (Mês de Maio); Associação Dragão Negro (Mês de Maio); Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC (Mês de Junho); e Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS (Mês de Maio). Com relação a solicitação do 12º Batalhão de Polícia Militar, o conselheiro João lembrou que já existe a Lei nº 3305/2011 que autoriza o Poder Executivo Municipal, com a interveniência do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, a custear despesas provenientes da realização da formatura dos alunos do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, sendo alterada pela Lei nº 3399/2011 e pela Lei nº 4266/2019, que determina o que pode ser adquirido e o valor a que pode ser gasto. O presidente solicitou encaminhar retorno ao 12º Batalhão informando das referidas leis. Sendo assim as solicitações da Polícia Militar devem seguir o que rege as leis. Referente ao encaminhamento da 4ª Promotoria de Justiça, acerca do problema da insuficiência ou do atraso dos atendimentos psicológicos oferecidos pela Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS, o conselheiro João falou que este ofício foi um pedido da promotoria para saber como estava a lista de espera e qual o valor a ser custeado para zerar a lista de espera. Disse que foi proveniente de uma denúncia de demora de atendimento pela entidade. O presidente falou que decorrente desta questão, a 4ª Promotoria de Justiça questionou este CMDCA se existe conhecimento deste problema que a entidade está passando. O presidente informou que a entidade já tinha comunicado este conselho da sua lista de espera, além disso solicitou aditivo ao Termo de Parceria. Na ocasião a Comissão de Orçamento e Fundo analisou, juntamente à Contabilidade, as contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e verificou que não tínhamos recursos para esse fim, sendo assim o presidente informou que este ofício ainda não foi respondido e questionou o conselheiro João, representante do PAIS sobre a atual situação. João colocou que a lista de espera aumentou, de cento e vinte solicitações para cento e sessenta aproximadamente e falou que neste período o índice de procura por atendimento psicológico aumentou. O conselheiro explicou que a associação modificou algumas questões na organização da entidade, nos projetos executados e nos atendimentos para aumentar o número de atendimentos. O presidente que é psicólogo ressaltou que realmente os atendimentos psicológicos aumentaram significativamente devido a pandemia. O presidente pediu para que seja enviado ao PAIS essa solicitação da promotoria para que a entidade nos informe como está a situação atual dos atendimentos e da fila de espera, para que possamos encaminhar ao promotor o retorno o mais breve possível. Pauta 03: Geração de Emprego e Renda – GERAR – Apresentação do Projeto de Pré Aprendizagem Gerar Esquenta. A

Sra. Jéssica, Assistente Social da GERAR agradeceu o espaço e falou que o pedido de apresentação do Projeto Pré Aprendizagem – GERAR Esquenta, se deu após algumas solicitações de informações que este conselho realizou acerca do encaminhamento do Ministério Público com relação ao Projeto Trabalhando Juntos. Jéssica apresentou a gerente Jacheline que informou que a GERAR está atuando desde o ano de Dois Mil e Três, sendo assim, está a dezoito anos trabalhando com projetos sociais. Jacheline apresentou alguns desses projetos, como Aprova, Aprendiz Legal, Gerar Ehco, Profissão Cidadã, Geração Campeã e as possibilidades de atuação que a entidade tem em diversas áreas. Explicou que esses projetos são voltados para a área de qualificação e educação profissional e falou dos benefícios que os jovens têm quando se inscrevem e participam desses projetos. Jéssica informou que a GERAR em Balneário Camboriú fica sediada na UNISOCIESC, onde seis profissionais atuam. Neste espaço também tem disponível uma sala para trinta e cinco alunos. Falou que no programa Aprendiz Legal – Programa de Aprendizagem, são atendidos quarenta e dois aprendizes, sendo noventa por cento adolescentes e dez por cento, jovens. Jéssica colocou que a GERAR atua em diversos municípios, com adolescentes e jovens em vulnerabilidade e risco social por diversas questões e que o maior desafio é trabalhar em parceria com a Rede Socioassistencial. A gerente Jacheline falou que no estado do Paraná e Santa Catarina a GERAR atende cerca de seis mil jovens e em Balneário Camboriú a GERAR tem inscritos trinta e seis jovens. Jacheline colocou que durante a pandemia a procura diminuiu em virtude das empresas não estarem contratando, que a vulnerabilidade destes adolescentes e jovens aumentou e por isso a necessidade de se trabalhar este jovem antes dele iniciar no mercado de trabalho. Jacheline explanou que a proposta do Projeto GERAR Esquenta, é desenvolver um curso de qualificação profissional, com quatro encontros, com duração de doze horas, para adolescentes e jovens de quatorze a vinte e quatro anos incompletos, em situação de vulnerabilidade e risco social e que sejam atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e demais equipamentos socioassistenciais. O curso é gratuito e serão abordados quatro conteúdos que são chamados de ciclos formativos, no ciclo formativo 1, será trabalhado o planejamento de vida e de carreira, os sonhos e frustrações, com duração de três horas, onde será abordado como fazer um planejamento de vida e carreira, o que isso pode trazer de benefícios, a importância do ensino regular e da escola, as questões que atrapalham a realização dos objetivos de vida: drogadição, gravidez sem planejamento, alcoolismo, etc e a ética, responsabilidade, cultura de paz e relacionamento interpessoal. No ciclo formativo 2, será trabalhado o atendimento ao cliente, com duração de três horas, visando promover a formação na área de atendimento ao cliente: atendimento telefônico, e-mail, fala e postura profissional, como atender bem o cliente, pró atividade, básico de vendas no varejo, também será abordado conteúdos de marketing pessoal, imagem e cuidados pessoais. No ciclo formativo 3, será abordado a Legislação Trabalhista e o mundo do trabalho, também com duração de três horas, visando estudar a legislação trabalhista, do estágio e da aprendizagem, principais direitos e documentos necessários, as áreas que mais crescem no mundo do trabalho e onde buscar cursos e formações gratuitas. E no ciclo formativo 4 será discutido o mercado de trabalho, com duração de três horas, abordando competências esperadas pelo mercado de trabalho, marketing pessoal, como fazer um currículo, sites e locais onde buscar trabalho, além disso verificar os principais erros nas entrevistas, como se portar e o que pensa o recursos humanos. Jacheline explicou todos os ciclos e ficou à disposição para sanar dúvidas. O presidente ressaltou que este projeto pode ser desenvolvido através de Termo de Parceria Técnica com a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social. O

conselheiro Wilson achou o projeto do curso bem interessante, e questionou se a entidade já entrou em contato com a secretaria, a qual a Sra. Jacheline informou que eles já tem reunião agendada para a próxima semana. A conselheira Patricia que representa a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, confirmou que a reunião acontecerá, que será presencial, que existe muito interesse da secretaria em ser parceira, através dos CRAS e CREAS, visando operacionalizar e realizar o Termo de Cooperação Técnica com a entidade. A conselheira Cátia colocou que a Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral sempre teve uma certa dificuldade nos encaminhamentos dos jovens atendidos pela entidade e perguntou para a GERAR como fazer para poder participar dessa formação. A gerente Jacheline colocou que todos os adolescentes e jovens que se inscreverão na formação serão encaminhados pelos CRAS e CREAS, e estando dentro desse quadro de vulnerabilidade e risco social, independente, poderão fazer parte desta formação. A Sra. Jéssica que coordena o Projeto Aprendiz Legal da GERAR no município, falou que estes jovens também podem estar participando deste projeto, que entrará em contato para encaminhar as fichas cadastrais. O conselheiro Paulo do Conselho Tutelar, solicitou vistas ao material, ao projeto que será desenvolvido, pois entende ser importante o conhecimento do Conselho Tutelar. Ficou acordado que a Sra. Jéssica ficará responsável em fazer o encaminhamento do material. Jacheline falou sobre as inscrições dos jovens e que as mesmas podem ser realizadas pelo site. O conselheiro Valdeci também achou interessante o projeto e disse que alguns adolescentes e jovens da Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI também gostariam de fazer parte da formação. A conselheira Patricia falou a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social pensará numa estratégia para atender os adolescentes e jovens das entidades cadastradas neste CMDCA. Pauta\_04: Fórum de Entidades Não Governamentais – Apresentação das ONG's Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI e Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral. A Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI, foi apresentada pela Sra. Indira Radke, advogada da associação, que falou que a apresentação seria realizada em formato de vídeo para deixar a apresentação mais dinâmica. Esclareceu que a AFADEFI é uma instituição que presta serviços gratuitos às pessoas com deficiência física, atendendo hoje, crianças e adolescentes através do Termo de Parceria com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, com o Projeto Reabilitação Neuropsicomotora, em áreas multidisciplinares. Esclareceu que o trabalho realizado pela entidade é fundamental para reabilitação de crianças e adolescentes com deficiência física ou mobilidade reduzida, seja oriunda de acidente, doença ou de ordem congênita. Os atendimentos visam prestar qualidade de vida a pessoa atendida, que é acompanhada de forma permanente e contínua, sendo esse um diferencial para a associação, pois a maioria dos atendimentos da Rede de Proteção fazem esse acompanhamento por tempo limitado, e na AFADEFI o atendimento é ininterrupto. Além disso, a associação promove a qualidade de vida por meio do esporte, encaminhando crianças e adolescentes para a prática desportiva, ensinando valores para a vida, além de estimular o corpo e a mente do atleta, sendo um mecanismo de superação de limites e até mesmo um meio para descobrir novos talentos paradesportivos. O vídeo trouxe uma visão geral da entidade e das atividades desenvolvidas no ano de Dois Mil e Vinte, até o primeiro semestre de Dois Mil e Vinte e Um. Indira ressaltou que toda a equipe da AFADEFI já foi imunizada pelo menos com a primeira dose da vacina contra a COVID-19. A advogada ressaltou também que todas as crianças e adolescentes que aparecem no vídeo tiveram a sua imagem autorizada para divulgação no mesmo. O vídeo foi emocionante e mostrou as diversas atividades realizadas pela entidade e o conselheiro

Valdeci encerrou agradecendo a oportunidade, deixando a sede da AFADEFI à disposição para visita dos conselheiros, visando conhecer o projeto. Quanto a apresentação da AMA Litoral, a conselheira Cátia, representante da Associação de Pais Amigos do Autista – AMA Litoral, agradeceu o espaço e iniciou resgatando a história da associação. Falou que a instituição existe há quinze anos, que foi fundada em Vinte e Seis de Janeiro de Dois Mil e Sete, que surgiu do anseio de algumas famílias que tinham diagnóstico de Autismo e do apoio de alguns profissionais da área e ainda ressaltou que pouco se sabia sobre o assunto na época. Cátia falou que houve muito o que a aprender a partir de então tanto na parte administrativa de uma associação quanto na questão da síndrome, para saber o que ofertar a estas famílias e ressaltou que foi um grande aprendizado e que ainda é um grande aprendizado. Cátia falou que o atendimento da AMA Litoral é realizado dentro das áreas de assistência, educação e saúde, que a entidade firmou convênio com a Prefeitura Municipal, através de cinco Termos de Parceria com a Secretaria da Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, Fundação Municipal de Esportes – FME e com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, além disso também firmou termo com o Estado, através da Fundação Catarinense, que vem complementar as atividades realizadas na entidade. A conselheira informou que a sede está localizada na rua São Paulo, bairro dos Estados, que estão instalados nesta sede a um ano e meio aproximadamente, onde fizeram todas as adequações do espaço. O atendimento é realizado à noventa e oito crianças e adolescentes, e alguns adultos e está com noventa e sete crianças e adolescentes na lista de espera. São vinte e quatro profissionais para atender aos noventa e oito atendidos. Cátia explicou que o objetivo da entidade é fazer um trabalho de estimulação precoce, um trabalho com as famílias e fazer a inserção destas pessoas na sociedade. Falou que está buscando junto ao Estado, um imóvel, que fica localizado na Avenida Alvin Bauer, que já está na Assembleia Legislativa em fase de aprovação, que o local terá que passar por várias adequações e reforma, pois o espaço está bastante danificado. E que paralelo a isso a instituição está buscando junto às secretarias municipais, formar uma equipe de avaliação e estimulação precoce, atendendo assim as crianças de cinco e seis anos, que é a grande maioria da lista de espera. Cátia colocou que além do atendimento clínico realizado pela instituição, também é realizado um trabalho com as famílias, pois com a pandemia este entendimento das famílias em fazer parte da terapia do seu filho, se firmou, auxiliando muito no desenvolvimento da criança. Cátia falou também que a entidade está pensando em criar a escola de pais para que eles se envolvam nesta questão terapêutica. Cátia falou também que o intuito da instituição nesse momento é ser um braço da Secretaria de Educação, trabalhando com as escolas, que realizaram algumas visitas escolares, e que no próximo semestre desenvolverão um trabalho mais próximo as escolas, pois há necessidade de se pensar nessas crianças. A conselheira Regina ressaltou que é realizado um atendimento diferenciado com as famílias, trazendo elas para dentro da associação, envolvendo-as, e que estão tendo um respaldo positivo com relação a isso. Cátia falou que mesmo diante da pandemia, no ano de Dois Mil e Vinte, a entidade realizou quatorze mil, trezentos e vinte e cinco atendimentos individuais, destes atendimentos doze mil, oitocentos e cinquenta e três por meio remoto, e mil e oitocentos atendimentos presenciais. Do início de Dois Mil e Vinte e Um até o mês de maio, foram realizados seis mil, trezentos e quatorze atendimentos individuais. Cátia colocou que a instituição está muito satisfeita com a parceria da Administração Municipal e com os Conselhos Municipais, que a entidade trabalhou muito nestes últimos anos e ainda se tem muito a fazer. Que o número de crianças diagnosticadas estão aumentando muito e que o intuito é atender a todas as famílias, fazendo a diferença na vida destas



crianças. Cátia colocou aberta a associação para que todos os conselheiros possam visitar, conhecer o espaço e o trabalho realizado. O presidente agradeceu a entidade e sugeriu uma live com a equipe da AMA Litoral, para toda a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, pois o avanço do Espectro Autista está muito grande no mundo todo, e ainda se tem pouco conhecimento sobre esse assunto, sendo assim deixa a sugestão para que a entidade realize uma live para repassar todas as características do autismo, trazendo todas as informações necessárias para os profissionais. O conselheiro Wilson comentou que existe em Balneário Camboriú uma rede de atendimento para as pessoas com deficiência (AFADEFI, AMA Litoral, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Associação Amor pra Down) que é difícil encontrar em outro município, e isto é fruto do trabalho deste CMDCA. O conselheiro Valdeci falou que o diferencial destas entidades é o atendimento contínuo. Todos parabenizaram o trabalho das duas entidades que se apresentaram no fórum desta reunião. O presidente aproveitou a ocasião e lembrou a todos que dia sete, amanhã, acontecerá a primeira etapa da Conferência Municipal de Assistência Social e é fundamental a participação de todos. Pauta 05: Carro do CMDCA: Cronograma de atendimentos às Organizações da Sociedade Civil – OSC's Registradas e Qualificadas no CMDCA. O presidente explicou que durante a semana a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE entrou em contato e solicitou a retomada das visitas assistenciais da entidade. No cronograma de atendimento do Carro do CMDCA a APAE realizava os atendimentos na sexta-feira de cada semana, entretanto, devido a pandemia, a APAE abdicou durante um período do carro, visto que os atendimentos presenciais foram suspensos. Neste período a Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral solicitou a troca do seu dia da semana para sexta-feira, o que foi concedido até a APAE retomar as atividades normais. Entretanto, a AMA Litoral que era atendida na quarta-feira, solicitou a transferência do dia agendado, troca que foi concedida para quarta-feira pela Associação Amor Pra Down. Sendo assim, o cronograma de atendimento do Carro do CMDCA ficou definido da seguinte maneira, segunda-feira: Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral; terça-feira: Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS; quarta-feira: Associação Amor Pra Down; quinta-feira: Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC; e sexta-feira: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Os conselheiros aproveitaram o momento e elogiaram o trabalho realizado pelo motorista Ademir dos Santos, que sempre desenvolveu suas atividades com comprometimento e dedicação. Pauta 06: Edital nº001/2021 – Edital de Chamamento Público: análise e deliberação sobre a documentação do Instituto A Cabana. O presidente informou que todos os conselheiros receberam em seus e-mails os documentos referentes a inscrição do Instituto A Cabana no Edital nº001/2021 e que conforme o que tinha sido deliberado em reunião anterior, deveriam analisar os documentos enviados. Falou que a entidade encaminhou a ata e o estatuto com novo registro no cartório e abriu para a comissão e para os conselheiros se manifestarem. O conselheiro Mário falou que a comissão se reuniu remotamente para analisar a documentação recebida pela entidade, que a alteração conforme a Lei nº13.019/2014 foi realizada, a data da ata também foi corrigida e encaminhada dia vinte e quatro de junho. A comissão entendeu que os documentos foram entregues dentro do prazo que era dia trinta e um de maio, que foi solicitado alteração no estatuto e correção da data da ata de eleição após a análise da comissão, o que foi feito pela entidade, entretanto quanto ao recebimento destas alterações solicitadas pela comissão, cabe ser discutido e deliberado pela plenária. O presidente questionou se os documentos entregues no prazo, estavam registrados. O conselheiro João falou que analisou a documentação e que os primeiros documentos entregues, não estavam registrados em

cartório. O conselheiro Mário explicou que no edital houve dois momentos de análise, a análise da proposta e a análise documental, e quando a comissão analisou os documentos foi verificada a correção da ata, a alteração do estatuto e também a questão do registro, e que foi solicitado pela comissão à entidade, fazer as alterações, correções e registrar em cartório, e que a deliberação de aceitar ou não os documentos, cabe a plenária. O conselheiro João sugeriu verificar o edital de Chamamento Público para saber se abre a possibilidade de apresentação de documentos após o prazo, sendo assim há necessidade de verificação da tabela de prazos. O conselheiro Mário ressaltou que o Instituto A Cabana entregou a documentação no prazo certo, mas como houve sugestão de alteração de ata e estatuto pela comissão, o prazo acabou tendo que ser estendido, visto o tempo para registrar em cartório. O presidente compartilhou na tela o Edital nº001/2021 – Edital de Chamamento Público, fez a leitura do item quatro, Participação no Chamamento Público, do item cinco, Requisitos e Impedimentos para Celebração do Termo de Colaboração e, por fim, fez a leitura do cronograma das etapas do edital, do item oito da Fase de Celebração. O conselheiro João citou que no dia trinta e um de maio, último dia de entrega da documentação do edital, a entidade não enviou os documentos corretamente, pois durante a análise verificou-se um erro de data na ata e a falta de uma cláusula no estatuto, além da falta de registro, sendo assim, cabe a este CMDCA decidir se aceita a entrega destes dois documentos a posteriori a data de trinta e um de maio, último dia de entrega dos documentos. O presidente colocou em votação se aceita-se ou não os documentos do Instituto A Cabana, o que foi decidido pela maioria que se deve seguir o que rege o edital. O conselheiro Mário falou que a comissão entende que deve ser encaminhada a documentação a Procuradora Jurídica para que ela decida se avança ou não com o processo, mas entende-se também que a plenária é soberana, e que se a maioria entende que deve seguir o que rege o edital, a comissão aceita a deliberação. O conselheiro tutelar Paulo colocou que todos os passos foram cumpridos pela instituição, que foi dado prazo para que ela apresentasse as adequações solicitadas, a instituição fez as alterações solicitadas e não aprovar seria penalizar a entidade por uma questão que o próprio CMDCA pediu para ela fazer. Sendo assim, o conselheiro tutelar Paulo sugeriu que deve ser encaminhada a documentação a Procuradoria Jurídica para verificar a legalidade da questão. O conselheiro João falou que há necessidade de se tomar determinados cuidados para evitar erros futuros, sendo assim, a aceitação desse prazo, demanda de uma alteração no edital, pois não se pode desconsiderar o edital, e a questão das adequações não interfere na decisão, pois na primeira entrega os documentos (ata e estatuto) não estavam registrados em cartório, e no edital pede-se que os documentos fossem entregues registrados em cartório e no prazo. O presidente solicitou que a comissão encaminhe o edital e os problemas levantados sobre esta situação à Procuradoria Jurídica para análise, e se a procuradoria entender que não há impedimentos legais, este CMDCA volta a deliberar sobre o assunto. O conselheiro Mário disse entender que esta deliberação deva ser do CMDCA como um todo, em aprovar a documentação e a extensão do prazo ser avaliada pela Procuradoria Jurídica, pois a comissão já deu seu parecer positivo de encaminhamento dos documentos para análise dos órgãos competentes. O conselheiro Wilson falou que a responsabilidade deste conselho em aprovar recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA é muito grande e sugeriu que este CMDCA conheça a instituição, conheça a diretoria, o projeto realizado, antes de continuar ou não com o processo, e ainda sugeriu abrir um novo edital para que a mesma possa se inscrever. O conselheiro João se colocou a disposição para acompanhar a visita à instituição e para auxiliar no recurso que cabe a entidade e na próxima reunião este conselho analisaria o recurso da

instituição. Restou deliberado que este CMDCA entende que deve-se seguir o edital, a instituição terá um prazo para recurso, após o recebimento do recurso e encaminhamento para análise da comissão, agendar-se-á visita a entidade e após visita, encaminhar-se-á a documentação para a Procuradoria Jurídica que dará parecer, inclusive, sobre o recurso da entidade. O presidente perguntou ao Sr. Cristiano, representante da instituição se houve entendimento da deliberação deste conselho. O Sr. Cristiano colocou que respeita plenamente a deliberação desse colegiado, porém entrará com recurso informando que foram realizadas as solicitações e as adequações conforme pedido na última reunião, e afirmou que a instituição terá alegria em receber a visita deste CMDCA. O presidente deu por encerrado o assunto, solicitando que a instituição encaminhe o recurso. Pauta 07: Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. A coordenadora Patricia informou que no dia vinte e nove de junho, o comitê se reuniu com a Secretaria de Educação, com a presença da secretária Marilene. Nesta ocasião foi entregue o relatório do eixo Educação, do Segundo Seminário de Escuta Especializada, que foi realizado no dia dezoito de maio. Patricia informou que na ocasião ficou definida a data para entrega e apresentação definitiva do Protocolo de Escuta Especializada ao Prefeito, comunidade e as instituições ligadas a Rede de Proteção e Atendimento da Criança e do Adolescente, que será dia vinte e quatro de agosto, que é o Dia Nacional da Infância. Patricia informou que no dia trinta de junho, foi realizada a entrega oficial do relatório do eixo Saúde do segundo seminário pela Secretaria de Saúde, através do conselheiro Leandro, responsável pelo Posto de Atenção à Infância. A coordenadora falou que o Regimento Interno está sendo finalizado, está em fase de revisão, e colocou que o mesmo será encaminhado por e-mail para apreciação e aprovação na próxima assembleia. Comunicou que dia treze de julho está agendada a Reunião Técnica do Protocolo de Escuta Especializada no período vespertino, aproveitando a data alusiva aos trinta e um anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e estendeu o convite a todos os presentes. A coordenadora explicou que este evento contará com três convidados especiais e terá como objetivo a escolha da capacitação e formação dos profissionais da Escuta Especializada. Os convidados a participar deste evento são o Psicólogo Forense do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Sr. Ricardo Luiz de Bom Maria, a Psicóloga e Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Boqueirão de Curitiba, Sra. Débora Cristina Larcher de Carvalho, e a Psicóloga, especialista em avaliação psicológica, Sra. Jaqueline Hoffmann. Patricia falou que encaminhará o folder de divulgação para todos os conselheiros. O conselheiro João disse que as deliberações deste comitê, deverão passar por aprovação deste conselho, que deverá ser documentado e posteriormente publicado, sendo assim todos os documentos feitos por essa comissão deverão passar por análise deste CMDCA. A conselheira de direitos Patricia elogiou o trabalho realizado pelo comitê, entretanto ressaltou que no último encontro houve uma divergência de posicionamento com relação a continuidade do processo da escuta, se o município criaria um centro integrado ou o município atenderia o que rege as legislações, conforme entendimento da última formação realizada pela Federação Catarinense dos Municípios – FECAM. A conselheira falou que a criação ou não de um centro integrado deve ser bem discutida entre os conselheiros, pois tecnicamente falando, não é um centro integrado que vai trazer uma efetividade da escuta, mas sim a preparação de todos os espaços para terem condições de atender esse tipo de procedimento. Patricia entende que vários equipamentos da Prefeitura já fazem escuta e que a construção de um centro integrado poderá onerar os cofres públicos e deverá ser debatido antes com o executivo. Sendo assim sugeriu a coordenadora do

comitê o agendamento de uma reunião para discutir esse assunto específico, para em conjunto com as secretarias municipais, verificar se será um espaço integrado ou um espaço para preparação destes profissionais. A coordenadora do comitê explicou que esta fase é uma fase de discussão, de articulação das instituições, e que após a reunião técnica, do dia treze de julho, o comitê poderá discutir esse assunto. Ressaltou que o objetivo deste trabalho é não revitimizar a criança e/ou adolescente e que este espaço esteja de acordo com o que prevê na Lei nº13.431/2017, que é um espaço acolhedor. Patricia ressaltou também que neste momento o objetivo é a formação e a capacitação destes profissionais. O presidente informou que todas as ações e deliberações do comitê estão passando pelas aprovações do CMDCA e devem continuar assim e aproveitou e convidou a todos para a Reunião Técnica do Comitê de Escuta Especializada que acontecerá dia treze de julho, das quatorze às dezesseis horas. Pauta 08: Comissão de Garantia de Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar. O presidente informou que a comissão se reuniu na terça-feira passada para deliberar sobre o processo administrativo do conselheiro tutelar Paulo Edson Cavalcante. Informou que há necessidade de formação de uma comissão que cuidará do processo administrativo e solicitou quais dos conselheiros gostariam de participar. Ficou deliberado que a comissão será formada pelos conselheiros: João, Patricia e Luciano. O presidente informou que a comissão deverá elaborar os documentos necessários que deverão ser apresentados na próxima reunião. Pauta 09: Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos: Análise do projeto da Associação de Artes Marciais Borba. A comissão analisou e aprovou o projeto enviado pela associação e baseado na deliberação da comissão este conselho aprovou por unanimidade a inscrição do projeto da Associação de Artes Marciais Borba. Pauta 10: Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação: Análise dos documentos para Registro e Qualificação da Associação de Artes Marciais Borba; Análise dos documentos para Registro e Qualificação da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – REPAPSI e Análise dos documentos para renovação de registro da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC. A comissão informou que realizou a análise dos documentos. Com relação a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC que estava faltando o Alvará Sanitário, esse foi entregue. Restou deliberado pela plenária a aprovação da renovação do Registro e Qualificação da OAB/BC. Relativo a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – RENAPSI, a comissão informou que todos os documentos solicitados foram enviados e todas as dúvidas sanadas. Sendo assim, a plenária aprovou o Registro e Qualificação e a Inscrição do Projeto da RENAPSI. Quanto a documentação da Associação de Artes Marciais Borba, ficou faltando os seguintes documentos: publicação anual, alvará sanitário, certidão de antecedentes criminais estaduais do presidente, declaração do cumprimento da Lei nº8069/90, certidão negativa de débito do FGTS. Em relação ao Alvará Sanitário a entidade apresentou o alvará da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS, entretanto a comissão informou que como a associação desenvolve as atividades no espaço do piso superior da sede do PAIS, e o alvará tem que ser diferente, pois as atividades realizadas são diferentes. Outra questão levantada pela comissão foi que a Certidão Negativa de Débitos Municipais está com dívida. O conselheiro João, representante do PAIS se manifestou dizendo que o alvará é o mesmo, pois a sede é a mesma. Restou não aprovado o registro da Associação de Artes Marciais Borba, que deverá encaminhar os documentos faltantes para nova análise da comissão. Pauta 11: Assuntos Gerais. O presidente informou que o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção Anjos da Vida recebeu algumas cestas básicas e distribuirá para famílias que estejam em situação de vulnerabilidade, sendo assim, comunicou a todos que quem souber de

famílias que estejam necessitando de alimentos entrar em contato com a entidade. O presidente solicitou também a Comissão de Estudo e Organização de Editais, a qual faz parte, para que se reúna na próxima terça-feira para deliberar sobre o edital para o próximo exercício. Para encerrar o presidente falou sobre o Programa Prefeito Amigo da Criança, que a Secretaria de Educação falaria nos assuntos gerais, mas como a reunião já se estendeu, o presidente informou que colocará esse assunto em pauta na próxima reunião. A conselheira Patricia falou sobre a Conferência Municipal de Assistência Social, dos desafios de fazer uma conferência online, falou que será realizado em etapas e que será híbrido. Patricia também informou que na quinta-feira pela manhã, a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social terá a apresentação de um sistema, que é uma proposta lançada pela Secretaria de Administração, para ter um sistema integrado entre a política de assistência social, educação e saúde. Sendo assim convidou dois conselheiros para participarem da apresentação, o conselheiro João se colocou a disposição para participar. Nada mais havendo a tratar, eu Patricia Humenhuk, secretária-executiva deste conselho, lavro a presente ata que segue assinada pelos conselheiros presentes.



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil  
**Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)**  
Certificado de assinatura gerado em 27/07/2021 às 10:35:04 (GMT -3:00)

Ata nº574 - Ordinária de 06 de Julho de 2021.pdf

ID única do documento: #aa1662f4-b1ef-40cb-a013-a667d41a682e

Hash do documento original (SHA256): 99384938bd95b260a136b788355103eb977abb77179746ae43e08476325c27d8

Este Log é exclusivo ao documento número #aa1662f4-b1ef-40cb-a013-a667d41a682e e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

## Assinaturas (17)

- ✓ **João Carlos Alves dos Passos (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 18:02:01 (GMT -3:00)
- ✓ **Wilson Reginatto Júnior (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 10:36:19 (GMT -3:00)
- ✓ **Grasiela Aparecida Teixeira (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 10:38:05 (GMT -3:00)
- ✓ **Luciano Pedro Estevão (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 10:46:34 (GMT -3:00)
- ✓ **Regina Dal Bem (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 16:28:25 (GMT -3:00)
- ✓ **Ellacyane Cardoso Soares Rocha (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 11:16:27 (GMT -3:00)
- ✓ **CMDCA (Participante)**  
Assinou em 30/07/2021 às 11:43:50 (GMT -3:00)
- ✓ **Leandro Teixeira Ghilardi (Participante)**  
Assinou em 28/07/2021 às 10:38:27 (GMT -3:00)
- ✓ **Mario Tetto Pereira Neto (Participante)**  
Assinou em 30/07/2021 às 10:15:32 (GMT -3:00)



- ✓ **Patricia da Costa Oliveira (Participante)**  
Assinou em 29/07/2021 às 13:59:22 (GMT -3:00)
- ✓ **Manuela Pessoa Duarte (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 10:42:28 (GMT -3:00)
- ✓ **Josiane Hoepers (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 10:38:28 (GMT -3:00)
- ✓ **Attela Provesi (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 11:36:29 (GMT -3:00)
- ✓ **Valdeci Matias (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 16:47:06 (GMT -3:00)
- ✓ **Cátia Franzoi (Participante)**  
Assinou em 27/07/2021 às 17:32:57 (GMT -3:00)
- ✓ **Sandra Mara Luchtenberg (Participante)**  
Assinou em 29/07/2021 às 11:50:51 (GMT -3:00)
- ✓ **Bruno Figueredo Arceno (Participante)**  
Assinou em 29/07/2021 às 15:29:09 (GMT -3:00)

---

## Histórico completo

### Data e hora

27/07/2021 às 10:38:28  
(GMT -3:00)

### Evento

Josiane Hoepers (Autenticação: e-mail josiane.h@hotmail.com; IP: 177.51.86.254) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

27/07/2021 às 10:35:05  
(GMT -3:00)

CMDCA solicitou as assinaturas.

27/07/2021 às 10:38:05  
(GMT -3:00)

Grasiela Aparecida Teixeira (Autenticação: e-mail grasi\_1001@hotmail.com; IP: 189.26.152.221) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

**Data e hora**

27/07/2021 às 11:16:27  
(GMT -3:00)

**Evento**

Ellacyane Cardoso Soares Rocha (Autenticação: e-mail [servicosocial.apaebc@gmail.com](mailto:servicosocial.apaebc@gmail.com); IP: 177.51.78.252) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

27/07/2021 às 10:46:34  
(GMT -3:00)

Luciano Pedro Estevão (Autenticação: e-mail [lucianopestevao@yahoo.com.br](mailto:lucianopestevao@yahoo.com.br); IP: 187.255.141.237) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

27/07/2021 às 10:36:19  
(GMT -3:00)

Wilson Reginatto Júnior (Autenticação: e-mail [wreginattojr@gmail.com](mailto:wreginattojr@gmail.com); IP: 189.8.101.163) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

27/07/2021 às 10:42:28  
(GMT -3:00)

Manuela Pessoa Duarte (Autenticação: e-mail [manuela.ap@hotmail.com](mailto:manuela.ap@hotmail.com); IP: 177.204.90.96) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

27/07/2021 às 16:28:25  
(GMT -3:00)

Regina Dal Bem (Autenticação: e-mail [regina.amalitoral@outlook.com](mailto:regina.amalitoral@outlook.com); IP: 181.221.146.121) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

27/07/2021 às 11:36:29  
(GMT -3:00)

Attela Provesi (Autenticação: e-mail [attela@univali.br](mailto:attela@univali.br); IP: 187.112.193.54) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

27/07/2021 às 16:47:06  
(GMT -3:00)

Valdeci Matias (Autenticação: e-mail [afadefi.bal@hotmail.com](mailto:afadefi.bal@hotmail.com); IP: 177.53.124.178) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.



**Data e hora****Evento**

27/07/2021 às 17:32:57  
(GMT -3:00)

Cátia Franzoi (Autenticação: e-mail catiafranzoi@hotmail.com; IP: 181.221.146.121) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

28/07/2021 às 10:38:27  
(GMT -3:00)

Leandro Teixeira Ghilardi (Autenticação: e-mail leandro.ghilardi@bc.sc.gov.br; IP: 45.162.71.49) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

27/07/2021 às 18:02:01  
(GMT -3:00)

João Carlos Alves dos Passos (Autenticação: e-mail joaopassosp@hotmai.com; IP: 189.58.99.200) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

29/07/2021 às 13:59:22  
(GMT -3:00)

Patricia da Costa Oliveira (Autenticação: e-mail patricia.oliveira@bc.sc.gov.br; IP: 45.162.71.33) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

29/07/2021 às 11:50:51  
(GMT -3:00)

Sandra Mara Luchtenberg (Autenticação: e-mail sandralut@hotmail.com; IP: 191.251.121.167) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

30/07/2021 às 10:15:32  
(GMT -3:00)

Mario Tetto Pereira Neto (Autenticação: e-mail mariotetto@gmail.com; IP: 181.223.70.63) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

29/07/2021 às 15:29:09  
(GMT -3:00)

Bruno Figueredo Arceno (Autenticação: e-mail brunooarc@hotmail.com; IP: 186.225.225.121) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

**Data e hora**

30/07/2021 às 11:43:50  
(GMT -3:00)

**Evento**

CMDCA (Autenticação: e-mail cmdcabalneariocamboriu@gmail.com; IP: 190.123.194.33) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

30/07/2021 às 11:43:51  
(GMT -3:00)

Documento assinado por todos os participantes.